

“A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ÉTICA” DE MICHEL RENAUD: UMA RECENSÃO CRÍTICA

“THE HISTORICAL EVOLUTION OF ETHICS” FROM MICHEL RENAUD: A CRITICAL REVIEW

NEUZA MARTINS**

ISCSP, UNIVERSIDADE DE LISBOA, PORTUGAL

PEDRO MIGUEL ALVES RIBEIRO CORREIA***

SANDRA PATRÍCIA MARQUES PEREIRA***

CAPP, ISCSP, UNIVERSIDADE DE LISBOA, PORTUGAL

Em *A evolução histórica da Ética* (2016) In NEVES (ed), *Ética, dos fundamentos às práticas*, o autor Michel Renaud traça o progresso histórico da Ética, possibilitando a compreensão da complexidade desta temática e a sua importância na vida pessoal e na vida em sociedade.

O estudo sobre a ética é diverso e extenso, uma vez que está relacionada com variadas áreas encontra-se em constante evolução com novos paradigmas, ideais, entre outros. Desta forma, é imperativo entender a sua evolução para depois perceber a sua aplicação, nomeadamente na Administração Pública.

A presente revisão crítica divide-se em seis secções de análise: o bem e a felicidade na filosofia grega, a ética teocêntrica, a ética racional, a corrente utilitarista, a revolução da ética nas “filosofias da suspeita” e as mutações da ética deste o século XX.

1. O Bem e Felicidade na Filosofia Grega

Na temática sobre o bem e a felicidade, o autor afirma que o nascimento da filosofia se deu na Grécia sob o impacto de dois fatores: as respostas dos mitos às questões existenciais acerca da origem do mundo e do Homem tornaram-se insatisfatórias e o fenómeno sociopolítico que originou o princípio democrático.

* Artigo recebido em 28/04/2021 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 12/05/2021.

** Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7741-5018>. E-mail: neuzamfmartins@gmail.com.

** Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3111-9843>. E-mail: pcorreia@iscsp.ulisboa.pt.

** Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-7374-3847>. E-mail: sandra-pereira7088@hotmail.com.

As respostas as questões sobre a origem do mundo e do Homem, implicavam um tempo (mítico) que era diferente do tempo empírico atual e, apesar de não haver consciência desta diferença, as respostas míticas-temporais eram insuficientes para responder às novas interrogações.

Quanto ao fenómeno sociopolítico que originou o princípio democrático, criou a necessidade de recorrer a argumentos racionais para convencer os eleitores. Estes argumentos eram, assim, destinados a vencer na arte do diálogo político. Pode, desta forma, dizer-se que a filosofia nasceu na base de uma forma de racionalização secularizadora do mito (RENAUD, 2016).

De seguida o autor, introduz os filósofos Platão e Aristóteles para compreender o que é a verdade e o bem na Grécia clássica. Para Platão (427 – 347 b.C), as Ideias existem efetivamente num mundo inteligível – mundo real, mas suprassensível e imóvel para o qual o ser humano se deve converter. O ser humano pode aceder a este mundo através do reto uso da inteligência. Ora, para aceder à verdade e ao bem é necessário o reto uso da inteligência, resultando numa conversão, uma ascese do corpo e da inteligência reconhecendo que o importante não é corpo, mas sim a alma.

Assim, o sentido da existência consiste numa conversão interior que abre o olhar da mente para este mundo supersensível e ideal, o único capaz de levar o ser humano para a felicidade autêntica.

Daqui advém o dualismo platónico de corpo-alma. De uma forma geral, o bem em Platão é uma entidade verdadeira, eterna, imutável e suprema na hierarquia da inteligibilidade (PAVIANI, 2018). No entanto, definir o bem em Platão, mesmo que não se possa ter dele um saber acabado, é indagar pela ação filosófica como modo de vida (LOPES, 2011).

São várias as obras (“A República”, “Filebo”), em que o autor procura sintetizar o que é o bem, mas em todas elas o bem é uma essência, procurado por todos e encarado como objetivo de vida (PAVIANI, 2018).

Para finalizar, é pertinente indicar que Platão reconhecia três partes no ser humano – *epithumia* (desejos sensíveis), *noûs* (parte racional) e *thumo* (energia, coração, força interior). Segundo Aristóteles (384 – 322 a.C), a razão humana tem duas orientações – a teórica e a prática. Para ele, as ideias platónicas não estão dotadas de um estatuto ontológico especial, mas correspondem aos conceitos da razão.

O autor prossegue com uma análise ao ser humano, sublinhando uma ideia fundamental – do futuro não temos uma visão clara. Isto significa que é um conhecimento científico, mas

apenas uma previsão. Na sequência desta ideia, o autor continua a expressar que das consequências do agir não temos um saber garantido, mas apenas uma previsão.

Para Aristóteles, os momentos do agir estavam definidos em – desejo bem deliberado e a decisão. Quanto à deliberação, esta consiste numa escolha dos meios para atingir um fim mensurado ou equilibrado, implicando um cálculo refletido e que conduz a uma ação excelente ou virtuosa – a virtude, no geral, é esta excelência (disposição habitual para o bem, orientada pela “reta razão”).

No âmbito das virtudes, estas podem ser distinguidas em virtudes intelectuais (sabedoria, prudência) e virtudes éticas (coragem, temperança, justiça, amizade). Portanto, é pelo comportamento excelente ou virtuoso que o ser humano cumpre a sua missão (tarefa, autorrealização). No entanto, esta teoria ética só é possível na base da distinção entre agir (modifica internamente o ser que age – dimensão ética) e fazer (transita para o produto ou obra – dimensão técnica). Assim sendo, para Aristóteles, a felicidade consiste numa atividade da alma conforme a virtude, devendo ser partilhada com o máximo de indivíduos possível e efetivada através da cidadania (BARBOSA, 2018).

2. A Ética Teocêntrica

Na sequência da relação entre o bem e o mal, aparece a questão das divindades, do deus ou deuses. Nas suas origens, a ética filosófica rompeu o ambiente politeísta da sociedade grega. Ora tendo ética e religião uma relação tão estreita quanto complexa, o autor questiona a existência de uma ética cristã. Quer os Evangelhos quer o Novo Testamento propõem normas de conduta, orientações de comportamento baseadas na fé em Jesus Cristo – a ética do amor (um amor que perdoa, que ama os inimigos).

Neste seguimento, existem duas vertentes – relação entre uma ética filosófica e a problemática de Deus, e o modo como a ética filosófica se pensa face a Deus e vice-versa.

No que diz respeito à relação entre uma ética filosófica e a problemática filosófica de Deus, até ao século XVIII havia consenso quanto à tese da fundamentação da ética no Deus descoberto pela razão, ou seja, não existia confusão entre discurso filosófico e discurso de fé. No entanto, Tomás de Aquino (1224-1274) veio diferenciar estes dois tipos de discurso. Esta distinção possibilitou mostrar filosoficamente que a última finalidade do agir humano reside em Deus, uma vez que é o criador e causa final suprema – de tal modo que o sentido da existência humana é cósmica, ou seja, é o regresso a Deus.

Assim, a tensão da busca humana para a verdade e para o bem não poderia ser explicada se não existisse um Deus infinito que atrai a si todo o universo finito. Por sua vez, o modo como a ética filosófica se pensa face ao Deus da fé e vice versa, bastantes autores a debruçarem-se sobre o tema e, grande parte deles, consideram que a ética filosófica pode encontrar uma fundamentação independentemente da sua fé – a fé não invalida a ética filosófica.

Nos dias de hoje, esta ainda é uma relação bastante complicada de perceber e estudar, e prova disso é não existir um consenso, mas sim duas vertentes. Warren Nord (1997) resumiu a posição contemporânea – a moralidade pode ser entendida e ensinada sem a religião (devido à separação entre Igreja e Estado e à diversidade cultural e religiosa, entre outros). Por sua vez, Gill (1997) apontou três razões para a relação entre ética e religião. São eles: teorias do "comando divino" (10 mandamentos), Deus e religião moldam a nossa disposição, postura, orientação, visão, transformando o carácter moral (HAUERWAS, MEILANDER & KREEFT) e o âmbito da justificação e motivação (prestação de contas perante Deus).

3. A Ética Racional

No decurso do século XVIII, surgiram dois modelos de uma ética puramente racional defendidos por Immanuel Kant (1724 – 1804) e Georg Hegel (1770 – 1830). Estando preocupado pela capacidade de o conhecimento alcançar uma “verdade universal”, Kant desenvolveu uma “filosofia crítica”.

Para verificar as condições de possibilidade do conhecimento é necessário, primeiro que tudo, analisar o modo como o conhecimento humano funciona, assim deve incidir no sujeito conhecente uma vez que é ele que condiciona a possibilidade do conhecimento objetivo, dependendo da forma como é apreendido e como o sujeito humano é constituído (filosofia transcendental). Para o autor, todo o objeto conhecido deveria ter passado pelas faculdades da sensibilidade e do entendimento para que seja garantida a validade do seu conhecimento.

No entanto, Deus não é apreendido por estas faculdades, não sendo possível saber se existe ou não. Este paradoxo é conhecido como agnosticismo kantiano. Apesar desta situação dilemática, no domínio da moral, Deus deve ser postulado para que a ética não desemboque numa contradição interna. Kant continua a sua asserção ao afirmar que o ser humano para ter acesso à verdade deve obedecer a leis – universalidade e legalidade.

Estas duas leis caminham juntas uma vez que a lei rege a ação para que esta esteja em conformidade com a razão, ou seja, é necessário que a “lei” do agir tenha uma validade

“universal”. A liberdade junta-se a esta equação uma vez que é condição de possibilidade a priori para que possamos agir de modo ético. Kant sempre afirmou que a moralidade está intimamente ligada a um complexo conjunto de sentimentos pela natureza humana (WARD, 1972).

Desta forma, instaurou-se uma ética puramente racional do dever – é necessário agir apenas em função do dever para que as motivações subjetivas e particulares não se misturem com a lei ética fundamental. Uma crítica apontada a esta vertente é que é uma moral predominantemente deontológica, baseada no ideal. Ora sendo baseada no ideal torna-se tão exigente que fica irrealizável.

Já Hegel advoga que ao propor ao ser humano um ideal ético irrealizável conduz a uma forma de desespero que o torna inerte e passivo. Desta forma, o autor considera que o ideal ético pode e deve ser racionalmente reconciliado com a praxis humana, ou seja, é imperativo deslocar o ideal para o patamar da ética vivenciada no mundo das instituições, onde decorre a vida humana (vida de família, sociedade civil, trabalho, Estado). Nesta vertente, não é a lógica de dever que é o momento terminal da ética, mas sim a realização efetiva da liberdade (filosofia histórica).

Portanto, a concepção madura de moralidade de Hegel parece abrir a possibilidade de uma moralidade baseada no bem (o direito unido ao bem-estar universal) produzindo princípios de conteúdo a partir dos quais uma doutrina de deveres pode ser derivada. Mas mesmo no seu pensamento posterior, continua a sustentar que não pode existir uma doutrina de deveres do ponto de vista moral, uma vez que se torna contraditório, e que uma teoria de deveres requer o ponto de vista da vida ética (WOOD, 1990).

4. A Corrente Utilitarista

Embora a eclosão da corrente utilitarista não fosse possível sem o pensamento de David Hume (1711 – 1776), foi Jeremy Bentham (1748 – 1832) que lhe conferiu a sua forma clássica inicial. No entanto, é importante salientar que Hume e Bentham partilhavam certas características – tradição epicurista, utilizavam o prazer (bom) e a dor (mau), se a utilidade gerasse prazer era boa, e nenhum sugeriu um estado neutro entre o prazer e a dor (ROSEN, 2005).

Assim, Bentham tinha como principal objetivo a transformação, também em função da utilidade pública, a justiça penal bem como as instituições políticas do seu tempo. Na sua doutrina, o princípio da utilidade dizia respeito com a maximização do prazer e a diminuição da pena, tornando-se critério de moralidade.

Com John Stuart Mill (1806 – 1873), o utilitarismo alargou a sua base de apoio além do mero hedonismo e privilegiou o bem-estar e a felicidade dos indivíduos, substituindo o prazer e a pena de Bentham. Desta forma, a utilidade como bem-estar e felicidade tornou-se o bem supremo. Aqui o imperativo moral é maximizar o bem-estar e diminuir a felicidade, mas sem gerar o egoísmo que resultaria se cada um procurasse apenas a felicidade individual. Assim sendo, exibe uma dimensão universal – procurar o bem-estar para a maior quantidade de indivíduos possível (constitui uma forma de ética teleológica dado que a finalidade da ação está inscrita na procura pela maximização do bem-estar).

Outra característica a apresentar é que o utilitarismo implica consequencialismo, e é a partir deste consequencialismo, leia-se consequências das ações, que é possível determinar a bondade dos atos. A abordagem utilitarista apresenta uma vantagem face à moral racionalista kantista, que se pauta pelo facto de ser possível verificar. Enquanto que para Kant a moralidade reside na coerência entre intenção e ação (conformidade interior da vontade com a lei moral na posição do ato), para Mill a moralidade do ato mede-se pelas suas consequências exteriormente discerníveis. Note-se que enquanto para Bentham, o útil é o prazer, para Mill, o útil é a felicidade (GODOI, 2017).

No entanto, é imperativo apontar a crítica de John Rawls, pensador que rejeitou o utilitarismo. A sua crítica ficou conhecida por princípio sacrificial e defende que a teoria utilitarista, mais cedo ou mais tarde, acaba por sacrificar os interesses/direitos fundamentais de uma minoria em proveito da maioria dos indivíduos beneficiários da ação utilitária. Para Picoli (2010), o utilitarismo tem como pretensão a tentativa de abordar vários aspetos da vida prática de maneira que o conhecimento empírico sirva de suporte para seu carácter normativo. Ao passo que Renaud (2016) deixa aberta a possibilidade do aparecimento de uma nova forma de utilitarismo.

5. A Revolução da Ética nas “Filosofias da Suspeita”

A reação crítica ao sistema racional de Hegel ganhou a designação de “filosofias da suspeita” e consistem num conjunto de teorias que têm em comum o facto de porem em questão o domínio que a subjetividade humana tem sobre si própria.

Os defensores desta posição foram Karl Marx (1818 – 1853), Friedrich Nietzsche (1844 – 1900) e Sigmund Freud (1856 – 1939) que contestaram a pretensão de que o ser humano tem de poder ser o dono consciente do seu destino, criando repercussões diretas sobre a

compreensão da moral. O principal erro apontado a Marx foi de pensar que do futuro da história se podia ter um conhecimento científico tão certo e comprovável como o das ciências da natureza. Por sua vez, Freud mostrou que todo o comportamento humano é suscetível de ser interpretado à luz das pulsões inconscientes. No entanto, as falhas do seu sistema demonstram a parcialidade da sua teoria.

6. As Mutações da Ética desde o Século XX

Ao longo do século XX ocorreram várias transformações em diversas temáticas, e a ética não foi exceção. Surgiram novos âmbitos de pesquisa, tais como: corrente analítica anglo-saxónica sobre a ética, ética da discussão, ética da atestação, ética global, impacto da ética ecológica sobre o pensamento filosófico, entre outras.

No âmbito da corrente analítica anglo-saxónica, os estudiosos dedicaram-se principalmente ao estudo linguístico dos enunciados sobre a ação e a moral, ou seja, preocuparam-se com a formação de uma análise descritiva da linguagem da ação do que elaborar um tratado de ética.

Quanto à ética da discussão, esta baseia-se na constatação inicial de que é impossível encontrar consenso universal sobre os valores éticos e o bem da ação, tentando encontrar um acordo sobre as condições de um diálogo baseado numa argumentação racional. No entanto, parece renunciar à capacidade de encontrar um acordo sobre os valores universais e, encontra a sua solução na “ética mínima” – única ética suscetível de harmonizar as posições divergentes.

Renaud (2016) termina a sua análise sobre este tema constatando que a discussão e a argumentação das convicções são necessárias, mas que não parece possível ver uma ética da discussão suplantar uma análise valorativa das diferentes posições éticas em confronto. No que diz respeito à ética da atestação, os seus grandes defensores são Emmanuel Levinas (1906 – 1925) e Paul Ricoeur (1913 – 2005).

Para Levinas, a filosofia ocidental desenvolveu-se de uma ontologia da “totalidade” (privilegiando a interioridade e centrada na problemática da identidade da subjetividade), fechando-se à “exterioridade” (formada pela presença do outro ser humano que me interpela). É então necessário abrir a reflexão que quebra o cerco da identidade fechada sobre si. Já para Ricoeur deveria realizar-se uma filosofia da vontade e da liberdade, sendo os seus alicerces a definição da ética em três momentos: ética é a busca da vida boa, com e para os outros, em

instituições justas – ética dos fins (teleológica), ética do dever e ética deontológica, respectivamente.

No final foi capaz de mostrar a tensão dialética assim como a reconciliação entre Aristóteles e Kant, entre uma ética dos fins e uma moral dos deveres. No caso da ética da atestação, esta envolve o reconhecimento do outro ser humano e do ser humano na sua alteridade considerando-se, assim, uma ética eminentemente personalista.

Para finalizar, existem duas problemáticas cuja análise está aberta a desenvolvimentos futuros – ética global e impacto da ética ecológica. Aqui as intenções éticas parecem revelar-se através dos resultados efetivamente alcançados, o que pode dar origem a um novo paradigma ético, uma vez que uma ética global exige mais do que boas intenções subjetivas e realizações parciais, bem como a ética ecológica necessita de uma resposta coletiva e política. Ora todas as teorias trouxeram o seu contributo ao entendimento da área e as suas tensões incentivam a perceber e reinventar permanentemente os caminhos da vida boa.

7. Considerações Finais

As questões éticas estão presentes desde o início dos tempos, desde que o ser humano começou a questionar e as respostas que obtinha já não eram suficientes. Assim sendo, desde a antiguidade, que a ética passou por uma grande evolução, distinguindo-se da moral e dividindo-se. Com os gregos (Platão e Aristóteles), começou a ser racionalizada, tendo sido os primeiros a preocuparem-se com a existência de um conjunto de regras que pudessem viabilizar a convivência em sociedade. A Idade Média na Europa foi caracterizada pela união da Igreja e do Estado, o que contribuiu para a formação de uma ética religiosa, ou seja, não havia distinção entre os dois tipos de discursos. No entanto, Tomás de Aquino veio distinguir discurso filosófico e discurso de fé, o que contribuiu para o pensamento de uma ética independente da religião. No decurso do século XVIII, o modelo predominante era o da ética puramente racional, impulsionado pelo Iluminismo que exaltava a capacidade de o Homem conhecer e agir pela razão (LIMA VAZ, 1999). A corrente seguinte, denominava-se por utilitarismo era uma ética adequadamente denominada de consequencialista, na medida em que se deve avaliar os efeitos das ações para que se reflita se a conduta é eticamente reprovável (a partir do critério da utilidade) (Geraldo, 2008). Na sequência desta corrente, surgiram as “filosofias da suspeita”, mas também elas continham falhas, e agora, o caminho fica aberto a uma nova panóplia de teorias. A história da ética é, em grande parte, uma história do desenvolvimento de duas linhas centrais

do pensamento: uma que enfatiza os nossos deveres fundamentais para com os outros, e outra que se esforça para justificar as decisões baseadas nos efeitos que as nossas ações têm sobre os outros (PLAISANCE, 2011).

Referências

- RENAUD, M. A evolução histórica da Ética. IN NEVES (ed), *Ética, dos fundamentos às práticas*. Lisboa: Edições 70, 2016. (p. 123-143).
- BARBOSA, P. S. C. Introdução ao estudo da felicidade segundo Aristóteles. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, Natal RN, v. 19, n. 2, p. 60-68, 2018.
- GERALDO, P. H. B. O utilitarismo e suas críticas: uma breve revisão. 2008. Disponível online: <https://silo.tips/download/o-utilitarismo-e-suas-criticas-uma-breve-revisao>. Acesso a 28 de abril de 2021.
- GILL, D. W. Should God Get Tenure? *Essays on Religion and Higher Education*. Eerdmans Pub Co, 1997. (p. 129-145).
- GODOI, J. S. C. D. **O utilitarismo de Jeremy Bentham e Stuart Mill: articulações, problemas e desdobramentos**. 2017. Trabalho Final de Bacharel (Filosofia) - Universidade Federal da Paraíba, 2017.
- PAVIANI, J. Aproximações à ideia de bem em A República de Platão. **Conjectura: filosofia e educação**, Caxias do Sul, v. 23, p. 2-11, 2018.
- PLAISANCE, P. L. *Ética na comunicação*. Porto Alegre: Editora Penso, 2011.
- ROSEN, F. *Classical utilitarianism from Hume to Mill*. Abingdon: Routledge, 2005.
- SOMBERG, P. R. Fundamentos racionais da ética e relações interculturais em um mundo globalizado. **Relações Internacionais no Mundo**, Curitiba, v. 1, n. 20, 2015.
- WOOD, A. W. *Hegel's ethical thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Universidade Católica de Petrópolis
Centro de Teologia e Humanidades
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis
Tel: (24) 2244-4000
synesis@ucp.br
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



MARTINS, Sra. Neuza; ALVES RIBEIRO CORREIA, Doutor Pedro Miguel; MARQUES PEREIRA, Sra. Sandra Patrícia. “A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ÉTICA” DE MICHEL RENAUD: UMA RECENSÃO CRÍTICA. **Synesis**, v. 13, n. 1, p. 205-214, mai. 2021. ISSN 1984-6754. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/2077>.